

O DISTANCIAMENTO DA REALIDADE

É UM IMPEDITIVO PARA

CONSTRUIR CONHECIMENTO?

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO - UNI-RIO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE EDUCAÇÃO

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

DISCIPLINA: MONOGRAFIA II

REITOR: Sérgio Luiz Magarão

VICE REITOR: Hans Jurgen Fernando Dohmann

DECANO: Affonso Celso Mendonça de Paula

DIRETORA: Janete de Oliveira Elias

PROFESSORA RESPONSÁVEL PELA DISCIPLINA: Gilda Maria Grumbach

PROFESSORA ORIENTADORA: Antônia Barbosa Pincano

PROFESSORA LEITORA: Cenyra Vieira Fernandes

O DISTANCIAMENTO DA REALIDADE

É UM IMPEDITIVO PARA

CONSTRUIR CONHECIMENTO?

Por: Andréia Cristina da Silva Soares

Monografia apresentada em
cumprimento ao requisito parcial para
conclusão do Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia.

Rio de Janeiro

UNIRIO

1996

SOARES, Andréia Cristina da Silva. O Distanciamento da Realidade é um Impeditivo para Construir Conhecimento?. Rio de Janeiro: UNI-RIO, 1996. p.62

“... Viver e não ter a vergonha de ser feliz

Cantar, encantar e cantar a beleza de ser um eterno aprendiz.

Eu sei que a vida devia ser bem melhor (e será!)

Mas isso não impede que eu repita:

É bonita, é bonita e é bonita”.

(Gonzaguinha)

Dedico esta monografia àqueles
que, mesmo sem saber escrever,
foram autores de sua história e que
nos ensinaram lições tão profundas
que as “verdades científicas”
jamais derrubarão.

MEUS AGRADECIMENTOS

- ◆ A **Deus**, pelo meu ter e pelo muito que tenho a construir para ser.
- ◆ Aos meus pais, **Astor e Laurete**, que me deram a vida e me ensinaram a vivê-la com dignidade, e que muitas vezes renunciaram aos seus sonhos para que eu pudesse realizar os meus.
- ◆ Aos meus irmãos, **Alessandra e Jorge**, pela torcida incessante e pelo carinho de sempre.
- ◆ Ao meu namorado, **André**, pelo amor e compreensão sempre dedicados nas horas em que, atribulada pelo estudo e trabalho, não tive tempo de ser a pessoa que ele precisava.
- ◆ À minha orientadora, “mestra e amiga”, **Antônia Barbosa Píncano**, que dividiu comigo seus conhecimentos, seu atribulado tempo e sua amizade, fazendo disso “regra de ouro” em nossa relação.
- ◆ À Professora, **Cenyra Vieira Fernandes**, pelo carinho e disponibilidade em ler o meu trabalho final.
- ◆ Às amigas, **Giana e Simone**, pelas vezes que sorrimos e choramos juntas, dividindo emoções, diversões e a árdua luta de cumprir com rigor os trabalhos universitários.
- ◆ Aos meus amigos, em especial **Victor e Gláucio**, que tornaram minhas intermináveis folhas um trabalho digno de ser apresentado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo I - “O DISTANCIAMENTO DA REALIDADE É UM IMPEDITIVO PARA CONSTRUIR CONHECIMENTO?	17
Capítulo II - E OS ALUNOS, O QUE DIZEM ?	29
Capítulo III - O CURRÍCULO E A DESMISTIFICAÇÃO DO PODER	40
Capítulo IV - E O MELHOR MÉTODO, QUAL É?	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

INTRODUÇÃO

Sabemos através de pesquisas realizadas pelo Ministério da Educação, que o Brasil desperdiça com evasão e repetência 57,1% das matrículas no primeiro grau.

Sabemos, também, que um dos principais fatores para que essa evasão e repetência ocorra é a desvalorização e desqualificação que a escola faz no que se refere à realidade do aluno.

Muito se tem discutido sobre trabalhar com a construção do conhecimento partindo da realidade do aluno. Em muitas pesquisas sobre a psicogênese - o estudo da origem e evolução das funções psíquicas relacionadas com a construção do conhecimento - como a de Ferreiro, apontam o grande êxito que essas investigações têm propiciado para a compreensão de tais questões.

O estudo que vem a seguir, procura discutir, não a questão do êxito dessas pesquisas, uma vez que já o conhecemos, e sim, refletir sobre aquilo que já se vem discutindo há muito tempo: O PROCESSO EDUCATIVO CONSTITUÍDO DE CONTEÚDOS DISTANCIADOS DA REALIDADE.

Seria esse distanciamento um impeditivo para a construção do conhecimento?

Essa é a questão a ser estudada nesta monografia.

Como e com que fim esse tipo de prática pedagógica se dá e a serviço de quem ela está?

Buscam-se inovações quanto a métodos pedagógicos de ação, sua aplicação e eficácia, mas qual a razão de métodos tradicionais permanecerem com tamanha força, ainda, em nosso sistema educacional?

Isso nos mostra como é preciso analisar, com olhos de investigador, o “velho”, para entendermos e construirmos o “novo”.

Em outras palavras, é de fundamental importância estudarmos esse sistema ultrapassado de ensino. Paulo Freire nos lembra, com propriedade, que não existe uma postura neutra em educação; ou você está a favor de uma ideologia ou contra.

Sabemos que a ideologia imperante em nosso sistema educacional é a da classe dominante (que detém o poder) onde são poucos a usufruírem do resultado desse processo, atuando com uma visão crítica e muitos a contribuírem, mesmo que ingenuamente, para a manutenção dessa situação.

Com o apoio teórico de Althusser, podemos afirmar que a escola é hoje o principal veículo mantenedor do statu-quo.

É sabido, através de trabalhos diversos, dentre eles o de Emília Ferreiro (autora já citada) que muitos professores exercitam a sua prática sustentando essa ideologia: a da dominação do poder.

Entretanto, tais educadores não se dão conta de estarem sendo veículos ideológicos e freqüentemente, acreditam, de forma ingênua que estão buscando o melhor caminho para seus alunos.

Na verdade, muitos professores defendem um trabalho do qual pouquíssimos participam na etapa do planejamento e assim, essa fase, se torna um “ditar de regras”.

E essas regras nos são passadas “sutilmente” através dos currículos que têm o poder tanto de nos fazer objetos (enquanto instrumento educativo) quanto de nos tornar sujeitos em nossa sociedade, uma vez que ditam também os métodos e as técnicas pelas quais os conteúdos devem ser trabalhados.

Portanto, podemos entender hoje, que a escola trabalha com um tipo de currículo onde vigora idéias e valores da classe dominante, conseqüentemente, distanciados da realidade do aluno, mas não podemos afirmar se esse aluno deixa de aprender.

Por falar nisso, como fica o aluno nesse processo? Que postura ele adquire e que imagem ele faz desse tipo de ensino?

Há tempos essas questões tem sido óbvias, mas em nossa sociedade o que é óbvio não é sinônimo de clareza. Então, esse trabalho - que não tem a pretensão de fornecer um ponto final a todas essas interrogações aqui expostas - buscará com esmero, clarear um pouco mais algumas questões e despertar, no que é

óbvio, o espírito de investigação e que esta seja sempre reticente, não no sentido do “vago”, e sim da busca incansável.

CAPÍTULO I

“O DISTANCIAMENTO DA REALIDADE É UM IMPEDITIVO PARA CONSTRUIR CONHECIMENTO?”

“Numa tribo de índios, não existe o momento da escola, todo cotidiano é um processo pedagógico, educativo. O aparecimento da escola, como um momento do cotidiano está ligado a progressiva divisão social do trabalho.

Na medida em que a convivência social foi se tornando mais complexa, também o cotidiano foi se compartimentando em momentos específicos, em momentos, cada um deles, constituídos de um sistema autônomo, cada sistema com sua própria lógica, com suas regras.

... Realidade fragmentada onde cada vez se percebe menos o mundo que se vive.” (Frei Beto in Grossi, 1992: 8)

Corroborando com o pensamento de Frei Beto, o aparecimento da escola está ligado a uma questão sócio-política e como toda decisão política, está a serviço de um poder que constitui ao longo da história - HOJE - a

sociedade que se tem: os que se calam (perdendo sua voz e vez) perante um sistema que massacrou seus desejos e anseios e há, ainda, aqueles que apesar de tudo insistem em lutar por um sistema mais igualitário, menos perverso e sem a preocupação da excelência.

Esse trabalho aborda com ênfase este último grupo que certamente não trilhou pelos caminhos mais fáceis, mas com certeza optou pelo melhor, pois é o caminho das possibilidades, do “Vir a SER”, da busca da utopia: um espaço digno na sociedade.

(Entende-se como utopia, não uma meta nunca a ser alcançada e sim como algo que se propõe como um ideal e se busca efetivar.)

São essas pessoas que podem, hoje, justificar este trabalho e mostrar ao mundo que apesar de toda falta de vontade política, apesar da árdua luta e do distanciamento que a escola coloca entre conteúdo e realidade, se aprende.

Nossa cultura está voltada para uma “emancipação do sujeito” e busca na educação “letrada” a possibilidade para tal. Num mundo cada vez mais letrado, saber ler e escrever passa a ser condição sine qua non para que o sujeito consiga seu lugar na sociedade.

Ao analfabeto cabe, portanto, o sentimento de menos valia de desrespeito por não ter acesso a informações que este mundo letrado oferece. Todo seu conhecimento, sua cultura, história de vida é negado, posto de lado como se ler e escrever fosse a única condição para um indivíduo ser reconhecido como tal.

Sendo assim, como explicar o desenvolvimento de povos que conseguiram deixar sua “marca” na história, sendo ágrafos ?

Ricardo Passeyro, autor francês, em sua obra “Elogio do Analfabetismo” supera a idéia de educação para a libertação, transformação, e mostra historiando sobre as civilizações que não possuíam a escrita, seus portentos.

Cabe portanto, neste capítulo, relatar um pouco sobre esse processo de aquisição de conhecimento, com o aporte do autor referido.

Ele aborda a questão das civilizações primeiras, que manusearam a escrita e a consideravam como uma criação sobrenatural, que é, por exemplo, o caso da Índia que é por excelência a terra dos deuses, da metafísica e das doutrinas esotéricas.

Nessa época, a palavra escrita (cuneiforme, ideogramática, hieroglífica ou não vocálica) não podia ser acessível ao cidadão comum. O tempo necessário à sua aprendizagem teria tomado a maior parte de uma vida que nessa altura era muito curta.

Mesmo com o passar do tempo, as civilizações se faziam valer pelos seus feitos, monumentos e mitos, como é o caso da civilização micênica, na Grécia.

“Pesando tudo muito bem, podemos concluir que a escrita estava largamente difundida como meio de administração, mas que não tinha ganho muito terreno fora dos escritórios: pode aceitar-se muito bem que os senhores mais altamente colocados, assim como os mais humildes, seriam iletrados.

Esses iletrados, obscuros ou principescos, não são no entanto, nem primitivos nem bárbaros dado que seu estatuto social e a sua inserção no mundo não dependem de saber ler e escrever.

A tradição oral anima a sua vida, liga-as ao passado, perpetua ritos, mantém as leis e os costumes”.
(PASSEYRO, 1989: 27)

O saber ler e escrever manteve-se por todo o lado como apanágio-ofício ou distração de minorias extremamente restritas. O fato de conhecer ou não a técnica da escrita não era discriminatório.

Mesmo no seu apogeu as Cidades-Estado gregas - oligárquicas ou democráticas - abstiveram-se de ensinar os seus cidadãos a ler e a escrever. E, no entanto, imiscuíam-se em tudo, em especial na educação. Não havia nada a que o Estado desse tanta importância em ser senhor.

O Estado considerava que o corpo e a alma de cada cidadão lhe pertenciam. Ensina-lhe ginástica porque seus corpos representavam uma arma para a cidade, ensina-lhe também cantos religiosos, hinos e danças sagradas porque

este conhecimento era necessário à boa execução dos sacrifícios e das festas da cidade.

Esparta e Atenas forneciam a seus futuros combatentes a instrução militar, a ginástica, os rudimentos da leitura, da escrita e da aritmética. Cabia a cada indivíduo transformar seguidamente esses exercícios em cultura.

“Por cada pessoa que lia uma tragédia existiam dezenas de outras que conheciam as tragédias porque as tinham representado ou porque as tinham ouvido. E isto é fundamental: muito mais que a poesia, as lendas e as histórias, também se aprendia de memórias, eram recitadas e contadas em público, nas ruas e nas ágoras. Ao longo das ruas, os poetas anônimos, os analfabetos e os narradores com imaginação, remodelavam as versões originais”. (PASSEYRO, 1989: 30)

O analfabetismo nessa época não significava “atraso” e nem “alienação”.

O analfabeto ateniense participava em pé de igualdade nos assuntos da cidade cujos valores lhe forneciam uma teogonia, um modelo de vida e uma visão estética da existência.

Nas obras romanas, o latim se difundiu e teve dupla função: tanto como missão educadora e também como língua da cultura, do direito, da moral, da guerra, da história, consagrada também através da poesia com Lucrecio e Virgílio.

Com seu estilo lapidar nas artes, é com veracidade que se inscrevia em sarcófagos, capelas, azulejos, paredes, arco do triunfo, locais de culto, termas, mas não é verdadeiro afirmar que todos os romanos sabiam ler e escrever.

Os romanos não tiveram muita pressa em “latinizar” os nativos das regiões e sentiam que a cultura era algo de digno, não se devendo, por isso, precipitar as etapas de assimilação.

Gibbon sublinha o caráter artificial da letra escrita - puro utensílio mnemotécnico destinado a perpetuar a memória.

Afirma Pierre Chaunu (1989): Sendo a escrita o ponto de partida de uma civilização - se ela se dessensibiliza - também pode conduzir à sua ruína. O fascínio pelo texto escrito memorizado contribuiu em muito para a queda da cultura antiga.

De fato, no final do período helenístico, o espírito criativo extingue-se: os literatos perseguem os investigadores, os inventores e os poetas. Atacada de anorexia, a memória só se aguenta em muletas: Como a arte oratória, a retórica, as complicações, os códigos, as gramáticas, as enciclopédias ou os manuais.

É logo no início desse século da nossa era que Sêneca expressa por palavras muito duras o seu desprezo pelos falsos letrados.

“Quantos não serão os inúmeros livros e bibliotecas cujos proprietários ao longo de sua vida só dificilmente conseguem ler os títulos? Uma profusão de livros preenche o espírito, mas não o enriquece (...). Não vejo nisto nem gosto nem solicitude, mas sim uma orgia de literatura. E, quando digo literatura, estou a ser injusto pois o desejo pelas letras não tem aqui qualquer lugar: estas belas coleções são formadas apenas para serem exibidas.

Quantas pessoas desprovidas da mais elementar cultura possuem livros que não são instrumentos de estudo mas que se limitam a ornamentar sua sala de jantar”.
(SÊNECA apud PASSEYRO, 1989: 36)

Com a queda de Roma, cada tribo instala-se no seu panteon com seus costumes e com seus dialetos. Os leitores escritores são uma ínfima minoria: três ou quatro indivíduos por cada mil nos meios rurais, três ou quatro por cento nas grandes sociedades. A Igreja inquieta-se. O Concílio de Toledo (527) ordena em vão a instrução das crianças. O número de “letrados” vai baixar de geração em geração. (...) de um ponto de vista global, a sociedade da Idade Média é uma sociedade de Analfabetos (illetterati).

Isso faz com que a Europa vá beber no fundo de um caldeirão de vários ingredientes. O Islão é um dos principais, influenciando com a literatura Árabe.

Na Idade Média uma pessoa podia instruir-se seguindo o caminho gratuito que ia da escola paroquial até as universidades.

A palavra instrução tinha então outro significado. Hoje em dia comparamos a cultura às letras.

Na Idade Média as pessoas instruíam-se infinitamente mais pelo ouvido do que pela leitura.

Escrever, então, era um ofício dedicado aos monges e aos operários que trabalhavam nos escritórios.

Na Europa Medieval os artesãos eram tão importantes como os artistas. O povo participava de pleno direito nos trabalhos e na cultura da cidade. Aprendia de cor a música, a poesia, os mitos, as lendas e as histórias. O canto e a récita contribuía fortemente para fixar as regras gramaticais das novas línguas saídas do latim e dos falares locais.

Esta Europa Medieval viveu em permanente contato com os povos não cristãos, em particular com os árabes dos quais as influências foram essenciais. Nem o Humanismo - Movimento de regresso a antiguidade, que conheceu um grande desenvolvimento a partir do século XIV - nem o Renascimento suscitaram

qualquer entusiasmo popular pelos livros. Descoberta, a América, em 1492 - desconhecia a escrita.

Ainda no século XVII a tradição oral “dominava” por toda a Europa.

O divórcio entre “leitor” e o analfabeto terá lugar por volta de 1700, inicialmente na Inglaterra. Afirma Ortega y Gasset (1989): que em 1300 a palavra escrita só interessava a um número muito restrito de pessoas, mas a “sua força política” seguiu uma linha ascendente”.

No início do século XVIII a palavra escrita toma o poder - um poder entendido como essencial, quase como uma obrigação e como uma religião.

O estatuto do analfabeto muda então nessa altura... a instituição é que o povo sem instrução é um povo fanático e um povo fanático cria sempre um perigo para a ciência. Curiosa Cegueira!

Se instruir é alfabetizar e escolarizar o maior número de indivíduos, a história desmentiu tragicamente esta utopia.

A primeira e a segunda guerras mundiais enganaram (e com que fanatismo!) as nações mais alfabetizadas e “instruídas” do planeta.

**“Temos então de nos interrogar se o fulminante sucesso da ciência “produziu uma consciência cada vez mais refletida” e se atenuou muito as nossas infelicidades”.
(PASSEYRO, 1989: 98)**

Esse aporte faz-nos ver que essa ideologia onde é preciso ser alfabetizado “para ser alguém na vida”, para construir conhecimento foi gerado, ao longo do tempo, produzida por uma sociedade excludente e má, onde o cidadão que não tem acesso a esse tipo de saber participa cada vez menos desse processo e dessa forma de governo que ainda insistimos em chamar de DEMOCRACIA.

Desde que essa idéia vigorou, a educação sempre esteve voltada para a formação de um indivíduo que respondesse à demanda da sociedade, nunca para que este (o educando) desenvolvesse realmente suas potencialidades, tendo condições de humanizar-se e ser feliz.

A Educação recebida hoje muito pouco tem colaborado para efetivar seus objetivos previstos por ler. Ela tem feito alunos meros repassadores de idéias, enfim, formando sujeitos incapazes de pensar por si mesmo, não autônomos.

Sendo assim, que vantagens traz saber ler e escrever se grande parte não sabe e não tem o que fazer com esse tipo de conhecimento que adquiriu, se cai no mercado de trabalho, na sociedade incapaz de pensar, de transformar?

Estaria esse indivíduo em condições diferentes, superiores, daqueles a quem chamamos “iletrados”, dentro desse sistema discriminador com relação ao analfabetismo?

“O acesso ao saber ganha sentido por razões de ordem instrumental; alijado da criatividade e reflexão transforma-se em um processo de domesticação intelectual dos sujeitos implicados nessa relação”. (FREI BETO in GROSSI, 1992: 9)

Assim, esse sistema nos faz crer que é somente possível construir conhecimento através das letras...

Enquanto a escola continuar negando os problemas da realidade, não estiver comprometida com a reflexão do que se vive, estabelecendo um abismo profundo entre conteúdo e realidade pouco teremos avançado e nenhum proveito poderemos tirar dessa sociedade “letrada”.

Construir conhecimento abarca outros aspectos que a escola ainda não deu conta. Independe do sujeito ser letrado ou não, indpeende até mesmo da qualidade desta educação, visto que, mesmo com essa educação caótica e manipuladora que temos, os sujeitos constróem conhecimentos.

Não é a escola que tem o mérito de fazer com que o aluno aprenda (uma vez que tem esse poder e não o faz), mas é aluno/ser humano que tem a grandeza interior e a sede inerente de aprender.

O que a escola tem feito como instituição é justamente o contrário do que deveria fazer; ela tem matado essa vontade em alguns; enquanto outros desistem e há ainda aqueles que em meio a tantos empecilhos e manipulações,

aprendem com vontade, até mesmo com dificuldade, aprendem com a vida. Aprendem na vida o que a escola não foi capaz de ensinar.

“Ningún se preocupou em que as pedras se transformassem em seres pensantes, mas muitos tiveram interesse em que os homens se transformassem em pedra”. (CHESTOV apud PASSEYRO, 1989: 109)

CAPÍTULO II

E OS ALUNOS, O QUE DIZEM ?

Depois de um breve histórico sobre a alfabetização e de como ele era vista neste capítulo, procuraremos falar de como os alunos hoje, percebem esse processo de alfabetização.

Entendamos aqui que a alfabetização é um processo contínuo, amplo, que não se encerra nas primeiras séries do primeiro grau de uma escola. Ela se processa durante toda vida. Entendamos também como sujeito aprendiz - todo sujeito que constrói conhecimento independente de estar ou não na escola-.

Portanto, iremos falar do sujeito aprendiz estando dentro da escola e também fora do sistema educacional.

“A linguagem manteve durante muito tempo um caráter mágico ou semi-mágico dita pelo feiticeiro, pelo padre, pelo chefe ou pelo rei, a palavra possuía poderes misteriosos e, frequentemente a palavra escrita inspirava um temor de reverência. De tal forma que durante milênios muitas raças e castas renunciaram a servi-se dela.” (PASSEYRO, 1989:25)

Podemos perceber que a linguagem escrita, durante muito tempo, não era usada por todos, até porque não havia necessidade do sujeito apoderar-se dela para que sua cidadania se efetivasse.

Hoje, porém, em nossa sociedade, o uso da linguagem (oral e escrita) tornou-se condição prioritária para a autonomia real do cidadão.

Parece que essa linguagem não perdeu o “caráter mágico” de tempos atrás, porém, agora, essa magicidade virou sinônimo de poder, o qual nem todos têm a receita para essa “poção mágica” e é preciso correr atrás dela.

A linguagem escrita ganhou relevância no processo de emancipação do sujeito e a escola ganhou o título oficial de repassadora dessa linguagem, do “saber”, mas paradoxalmente, ela tem pouco contribuído para esse conhecimento realmente se efetivasse.

Nossos alunos sentem que não falam, não partilham da mesma forma de linguagem da escola.

Sua forma de falar, assim como seus conhecimentos, são discriminados e distanciados da escola.

Sabemos que em todos os momentos da vida os indivíduos constróem conhecimento, mas nossa sociedade só legitima essa saber se ela passa pela escola.

O que acontece com todo o conhecimento que é trazido pelo aluno? É negado, posto de lado, não reconhecido como verdadeiro, e muitos alunos passam a acreditar que só o conhecimento que adquirem na escola tem validade.

Acredito que a escola é detentora de um saber, mas não de todos os saberes e enquanto esta não estiver aberta para os saberes trazidos pelo povo, muitos teremos que caminhar para identificarmos a escola realmente democrática.

Dos poucos que conseguem estar na escola - dentro dela - não se sentem nela pois os que ditam as regras da escola, as ditam para um aluno "ideal" cujo saber vai ao encontro do instituído pela escola.

Sendo assim, os alunos, principalmente os da classe popular, sentem que a escola não foi feita para eles e pior ainda, o sistema escolar faz com que eles acreditem, perversamente, que são eles os incapazes de aprender.

Por outro lado, com o passar do tempo foram se criando teorias que justificassem a "não aprendizagem" dos alunos, essas teorias foram descritas por Magda Soares. A ideologia do dom que dava a todos a "igualdade de oportunidades" mas assinalava que o bom aproveitamento dessas oportunidades dependia do dom da aptidão, e da inteligência, do talento de cada um.

A ideologia da deficiência cultural, anteriormente citada, questionava e punha em prática a defesa de que era o meio que favorecia a aprendizagem do aluno e não os seus dons.

Os que aprendiam mais eram justamente os que tinham melhores condições de vida, sendo assim, seria natural que os alunos provenientes de classes dominadas e, portanto, de menor poder aquisitivo, tivessem maior probabilidade de fracasso na escola.

A terceira explicação seria a da ideologia da diferença cultural que defende a idéia de que não existe deficiência cultural visto que não há cultura inferior ou superior e sim culturas diferentes. A culpa do fracasso escolar cai, então, na escola que não sabe trabalhar com culturas diferentes.

Essas teorias que buscam justificar o fracasso escolar dos alunos recaem sempre na educação compensatória, onde a escola acaba tendo que “suprir”, complementar o que “falta” no aluno. Mudam-se os argumentos, os enfoques, mas a natureza compensatória da educação continua preservada, está como pano de fundo, mesmo que dissimulada.

Com isso, deixa-se de tocar no centro da questão que está por trás de todas as diferenças: a desigualdade social e as injustiças feitas em nome de uma democracia que não é constituída com o povo e sim contra o povo.

No capítulo I, vimos como as grandes civilizações antigas construíram seus conhecimentos e até hoje, através de textos históricos e monumentos, sabemos o valor desses trabalhos artísticos, religiosos, históricos, etc.

Se hoje nossos alunos não conseguem “aprender”, tendo uma instituição oficial que repassa conhecimentos, não conseguem criar e estão alijados da

possibilidade de pensar criticamente, o que aconteceu com essa humanidade ?
Desaprendeu ?

Na verdade, o que mudou foi o enfoque da visão de homem e de conhecimento valorizado.

O saber, hoje, não está a serviço da cultura e sim do poder, um poder que quer alunos acríticos, que objetiva fazer que alguns pensem, poucos falem e todos executem.

Esse poder, com forte influência do sistema capitalista, não dá ao aluno oportunidade para nem mesmo ter a possibilidade de poder optar pelo caminho a ser seguido.

Legitimada pela escola, essa ideologia do poder, faz com que esta escola não simplesmente negue a realidade, mas vai além, coloca a escola como neutra de ideologia.

“Esses currículos, falsamente neutros, formam os estudantes para observar as coisas sem julgá-las ou para ver o mundo do ponto de vista do consenso oficial, para executar ordens sem questioná-las, como se a sociedade existente fosse fixa e perfeita.” (FREIRE, 1986:24)

Muitos dos nossos alunos não percebem onde a escola quer chegar e são abarcados pelo sistema capitalista.

Alguns sentem o jogo truncado de idéias, sutilmente repassadas através de seus programas e currículos, e resistem, outros não têm nem mesmo a possibilidade de ingressar no sistema escolar, mas aprendem.

A escola continua a ser uma instituição distante do aluno (com arcabouço de próxima) gerando um conflito entre alunos e instituição. Vejamos, agora, como se dá esse conflito e as conseqüências oriundas dele.

Diz Erick Fromm que quando um indivíduo se depara com um conflito armado, ele tem duas opções: ou opta pelo confronto ou pelo conflito. E Paulo Freire nos fala muito bem sobre este conflito armado (que é a escola) e sobre como os alunos reagem: ou se calam ou se rebelam.

Os que se calam, por inteligência e competência, aprenderam o jogo da escola, mas viraram alunos-função. Deixaram de dar as suas respostas para dar a resposta que a escola pediu. Ignoraram seus próprios conhecimentos para valorizarem conhecimentos impostos por uma classe social que não é a sua.

Esses entenderam o jogo da escola mas mataram em si a possibilidade de criar a oportunidade de reconhecer-se como sujeito criador e recriador da sua própria história.

É aluno-função na escola e vai ser sujeito-função na vida.

Esses alunos percebem a dicotomia conteúdo/realidade, percebem o jogo de alienação que a escola faz, mas, talvez, não percebiam claramente

suas consequências em suas vidas fora da escola. Acabam entrando num jogo de “mimetismo perverso.”

Alguns até mesmo desacreditam do sistema da escola, mas não deixam de ver nela um instrumento (se não o único) para uma ascensão social e, por isso optam pelo confronto (a que se referiu Erick Fromm) de acreditar serem eles os incompetentes e a escola sua fonte de salvação.

Além dos que calam, dentro da escola há ainda os que optaram “pelo confronto”.

“A ideologia dominante “vive” dentro de nós e também controla a sociedade fora de nós. Se essa dominação interna e externa fosse completa, definitiva, nunca poderíamos pensar na transformação social. Mas a transformação é possível porque a consciência não é um espelho da realidade, simples reflexo, mas é reflexiva e refletora da realidade” (FREIRE, 1986:25)

Os que optaram pelo confronto são aqueles que se rebelam perante o sistema educacional, na visão de Paulo Freire.

Tomemos aqui o ato de se rebelar não no sentido de agir contra o sistema e sim no sentido de agir apesar dele.

Ao contrário do aluno-função, esse é o aluno-sujeito, sujeito na escola e sujeito na vida. Aquele que conseguiria “aprender a ser livre, estudando a própria falta de liberdade”, como diria Paulo Freire.

É esse aluno que percebe o jogo camuflado da escola, sua dicotomia conteúdo/realidade, mas que se conscientizou de que para lutar contra um inimigo (o sistema) é preciso ter acesso as mesmas armas (o saber) para não estar em desvantagem.

O aluno sujeito explicita, argumenta e é capaz de questionar, as coisas que lhe são impostas, ao contrário do aluno função.

O aluno função optou pelo saber que está a serviço do poder, e o aluno sujeito optou pelo saber para lutar contra o poder.

É esse mesmo poder quem põe alguns dentro do sistema educacional e também que não permite a muitos o acesso a ele. Mas, como diz Foucault, “onde há poder há resistência”.

Assim, falaremos aqui daqueles que apesar do sistema, resistiram a ele e aprenderam de uma maneira crítica e que sem a oportunidade de estarem numa escola , comprovam a tese de que mesmo fora dela, se aprende.

Talvez não fosse novidade falar aqui das pessoas que, fora da escola adquiriram conhecimento que, dentro de uma instituição escolar não conseguiram sistematizar, tal como os meninos vendedores que conseguem elaborar as situações matemáticas vendendo seus produtos e que , na escola, foram tidos como

“fracassados”, incapazes de aprender. Também muito relevante para este trabalho foi a entrevista extraída da revista VEJA⁽¹⁾, que falava de um homem analfabeto que nunca foi á escola e que conseguiu ser prefeito de uma cidade em Pernambuco.

Na verdade, o que acontece com as pessoas que constróem conhecimento fora do sistema educacional é que elas são sempre discriminadas, postas a margem da sociedade e seus conhecimentos não são respeitados, são até mesmo desacreditados.

Esse prefeito é alguém que conseguiu e consegue estar numa posição de “poder” superando os preconceitos (que certamente são muitos) e faz valer seus conhecimentos distanciados da escola e adquiridos no dia a dia.

“Antes de ser prefeito eu era vereador. Isso só foi possível porque antes de entrar na política, contratei um professor para ir em casa, a noite, me ensinar a desenhar o nome. Aí eu fui tirar o título de eleitor e não precisei carimbar com o meu polegar. Desenhar o nome é o que eu sei hoje, além de contar números, mas perante a lei, já é o suficiente para que não seja considerado analfabeto. Continuo tão analfabeto quanto antes, mas legalmente sou um brasileiro alfabetizado. Por isso, nunca tive problemas para registrar minha candidatura e tomar posse.” (VEJA, Rio de Janeiro, 26 mar, 1996: 7)

Essa afirmação me faz pensar como é tênue a linha que separa o conceito de alfabetizado de analfabeto e como são profundos os preconceitos com relação ao analfabeto, dentro de uma sociedade como a nossa.

O que é ser analfabeto e que condições reais ele deve ter para se tornar alfabetizado ?

Qual o grau de importância com que é tratada a alfabetização ?

É muito contraditório o fato de não se respeitar a vez de um analfabeto e ao mesmo tempo este cidadão pode ser considerado alfabetizado simplesmente por saber assinar o nome. Ele ganha maiores conhecimentos com isso?

Não foi, com certeza, o fato de saber assinar o nome que fez com que esse prefeito tivesse consciência dos problemas a sua volta, mas foi sim o saber que construiu ao longo de sua vida.

“Sou analfabeto, mas sei muito bem a diferença entre o certo e o errado. É coisa que se aprende com a vida, mais do que na escola.” (VEJA, Rio de Janeiro, 26 mar. 1996: 7)

É preciso, então, repensarmos os conceitos de analfabeto, iletrado, e é preciso, também, reavaliarmos a escola como instituição, os conteúdos e programas, uma vez que seus alunos não vêm

funcionalidade nestes e que, frequentemente, conseguem aprender muito mais estando fora dela.

CAPÍTULO III

O CURRÍCULO E A DESMISTIFICAÇÃO DO PODER

Vimos, nos capítulos que precedem a este que para se tornar posse do conhecimento não é preciso estar propriamente em uma instituição de ensino, mas que com o decorrer do tempo surge a ESCOLA como detentora e legitimadora de um saber imposto, agora, como oficial.

Esse saber, como já elucidamos, não é algo que vai ao encontro das expectativas e experiências do aluno, mas sim algo “peneirado”, onde tudo o que é passado é predeterminado segundo um conjunto de idéias de uma classe que tem interesses em manter a situação como está. Essa classe usa do seu poder para a manutenção do status quo através do saber passado pela escola.

Por isso, é de grande valia para este trabalho a contribuição de Althusser que em sua obra *Aparelhos Ideológicos do Estado* nos aponta e denuncia a escola como sendo um desses aparelhos, descrevendo os mecanismos que ela utiliza.

Diz Althusser que cada grupo dispõe da ideologia que convém ao papel que ele deve preencher na sociedade de classe.

E como nenhuma ideologia é neutra, é na escola que são inculcados alguns saberes perpetuados pela ideologia da classe dominante.

São reproduzidas as relações de produção de uma formação social capitalista, ou seja, as relações entre exploradores e explorados e vice-versa.

“Como portadora de uma forte ideologia, vê-se que a escola também não é neutra. A universidade e a escola, particularmente, deixam de ser uma conquista da humanidade a ser preservada das querelas dos pequenos burgueses para se tornarem não mais instrumentos do saber mas máquinas de sujeição ideológica.” (Althusser, 1985: 17)

O autor nos faz reconhecer que nenhum aparelho funciona apenas ideologicamente, existe uma repressão contida de maneira camuflada, uma “violência simbólica” implícita através de rótulos, repetências, evasões, etc., percebendo-se assim ser a repressão a mola propulsora da ideologia da escola, corroborando para um de seus objetivos como Aparelho Ideológico do Estado, a reprodução das relações de produção, das relações capitalistas.

A escola, desta maneira, vai recebendo seus alunos (desde a sua mais tenra idade) já com a intenção de introduzi-los num papel que convém à sociedade de classes.

Para um indivíduo de maneira ampla, o processo de reprodução da força de trabalho acarreta conseqüências não só de natureza econômica, como também de natureza social ocasionando cada vez mais a reprodução da submissão.

A ideologia proveniente da escola vem de fora e cabe a escola não produzi-la mas sim reproduzi-la.

Althusser nos faz observar que em sua prática a escola atua através dessa ideologia.

“Aparelho ideológico é uma instituição concreta, ideologia é o princípio unificador.” (Althusser,1985: 21)

Se a escola é em si uma instituição concreta (aparelho ideológico), de que maneira essa ideologia agiria como princípio unificador? Através das idéias contidas no CURRÍCULO.

Não é despretensiosamente que a escola trabalha com conteúdos distanciados da realidade, com textos e idéias desconectados das experiências do cotidiano⁽²⁾.

A princípio, pela nossa consciência ingênua, (que é formada para ser ingênua!) pensamos que esse distanciamento que a escola estabelece entre conteúdo e realidade vivida é por falta de “reciclagem” da

escola, pelo “descompasso” entre professor e método, mas nos falta perceber que por trás desses fatores há fortes e bem objetivadas idéias que se quer perpetuar.

“É pela aprendizagem de alguns saberes contidos na inculcação maciça da ideologia da classe dominante que em grande parte são reproduzidas as relações de produção de uma formação social capitalista, ou seja, as relações entre exploradores e explorados e entre explorados e exploradores.

Os mecanismos que produzem esse resultado vital para o regime capitalista são naturalmente encobertos e dissimulados por uma ideologia da Escola universalmente aceita, que é uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante: uma ideologia que representa a Escola como neutra, desprovida de ideologia (uma vez que é leiga) aonde os professores respeitosos da “consciência” e da “liberdade” dos alunos que lhes são confiados, conduz-nos à liberdade, à moralidade, aos conhecimentos, à literatura e às virtudes “literárias”.”
(Althusser, 1985: 80)

Ir ao encontro da realidade, produzir e não reproduzir ainda é prioridade em nosso sistema educacional. E esse aporte nos conduz a pensar o quanto ainda não está claro para nós a questão do

currículo e quanto é preciso desocultá-lo, redimensioná-lo para que este não continue privilegiando a pequenas camadas da população e nem parecendo um conjunto de conhecimento selecionados arbitrariamente.

Faz-se crer que os currículos compostos de um núcleo comum tendem a “unificar”, a contribuir para uma educação mais igualitária, nivelando as diferenças sociais.

Se esse é realmente o objetivo das idéias contidas no currículo (baseado num discurso de Educação para todos) porque tantos fracassos dentro do sistema educacional ?

Devemos repensar naquilo que chamamos de núcleo comum e educação igual para todos, visto que temos grupos bastante heterogêneos quanto a vários aspectos e que essa “igualdade” não tem sido realmente efetivada.

Fala-se em igualdades de oportunidades mas a escola não tem minimamente dado condições da igualdade enquanto ponto de partida e tão pouco enquanto ponto de chegada.

Porque os conteúdos e as idéias oriundas do currículo oficial estão tão distantes da realidade do povo ?

Porque a insistência em trabalhar com métodos e técnicas tão distanciados ?

**“A educação é muito mais controlável quando o professor segue o currículo padrão e os estudantes atuam como se só as palavras do professor contassem.”
(FREIRE, 1986: 21)**

Porém, com tudo isso, o currículo não garante de forma totalizante a reprodução social, pois se assim o fizesse não estaríamos nós, hoje aqui, questionando essa própria situação.

Pesquisas que tratam de forma freqüente sobre o poder da capacidade de aprendizagem dos sujeitos e da superação quanto à rigidez do currículo, tem desmistificado a questão da supremacia curricular.

“O conhecimento não se produz em intenção daqueles que acreditam ser seus detentores, quer com a caneta, quer com a voz. Ele se produz num processo de interação. O conhecimento não é tanto aquilo que se oferece, quanto aquilo que é compreendido. Pensar em campos de corpos de conhecimento como se fossem propriedades de acadêmicos e de professores está errado. Isso rejeita uma igualdade nas relações em momentos de interação e privilegia impropriamente um dos lados do intercâmbio, e o que esse lado “sabe” em detrimento do outro lado. Além disso, para produtores culturais críticos, manter essa visão do conhecimento traz consigo sua própria pedagogia, uma pedagogia autocrática e

elitista. Não é só que isso renegue o valor do que os educandos sabem, o que realmente faz, mas que identifica erroneamente as condições necessárias para o tipo de aprendizagem - crítica, engajada, pessoal e social - exigida pelo próprio conhecimento". (LUSTED, apud FREIRE, 1990:18)

Um exemplo que elucidada essa questão é o de um agricultor pernambucano, "analfabeto", prefeito de Quixaba, que dentre outros conseguiu produzir conhecimento através da interação, da qual nos fala o autor referido.

"Sempre tomei minhas precauções para não ser passado para trás. Quando era comerciante, inventei um modo de registrar o nome do freguês, mesmo sem saber ler e escrever. Identificava cada um deles por uma letra. Cada letra desenhada num caderno correspondia a um nome diferente. Como aprendi a fazer conta, não tinha problema em anotar quanto me deviam. Na prefeitura, queria saber de tudo que estava acontecendo. Quando mando construir uma escola, fiscalizo tudo. Só se assenta o primeiro tijolo e a primeira viga quando eu vejo. O engenheiro sou eu. É para não sair nada errado e não jogar dinheiro fora. Assim, ninguém me passa a perna"
(VEJA, Rio de Janeiro, 26 de mar, 1996:10)

Em outro momento da entrevista, já citada no capítulo anterior, o prefeito “analfabeto” fala da contratação de um professor particular para lhe ensinar a “desenhar” o seu nome (que seria uma condição para se tornar cidadão e poder candidatar-se à eleição). Fala também que já havia aprendido a fazer conta.

Na verdade, houve um contato desse prefeito/aluno com os conteúdos do currículo padrão, uma vez em que contratou um professor particular para ensiná-lo.

O fato de ser um professor “não-oficial” não o isenta de perpetuar idéias contidas no currículo e o nosso entrevistado não deixou de superar, de ir além dessas idéias.

“As autoridades impõem um currículo que julgam irá sustentar a estrutura atual da sociedade. Mas a escola não está inteira sob seu controle. A educação não está produzindo eficientemente a ideologia dominante. Ela cria a resistência estudantil, que vai de movimentos políticos até o vandalismo. Os professores são testemunhas de desordem na sala de aula. Por outro lado, a escola não está exatamente fora do controle. É uma área de controvérsia política, dominada pelas autoridades, onde as idéias de oposição e a cultura democrática podem ser organizadas pelos que devem transformar a sociedade e onde a alienação dos

estudantes não permite que o currículo funcione”.
(FREIRE, 1987: 51)

Juntamente com o professor, o prefeito aprendeu o que nossa sociedade lhe impunha para ser “cidadão”: **assinar o nome.**

“A alfabetização não pode ser reduzida a um mero lidar com letras e palavras, com uma esfera puramente mecânica. Precisamos ir além dessa compreensão rígida de alfabetização e começar a encará-la como a relação entre os educandos e o mundo, que tem lugar no ambiente em que se movem os indivíduos”. (FREIRE, 1990: 71)

Corroborando com a idéia do autor, esse prefeito aprendeu com o mundo, e por seu próprio mérito, os conhecimentos que a escola ainda não é capaz de ensinar.

Aqui, com seus próprios conhecimentos, ele relata e aponta algumas soluções para os problemas do local onde vive.

“No Nordeste, nada assusta tanto quanto a seca. Quando ela chega, eu fico com medo porque a fome sempre vem junto. Se os governantes quisessem, já tinham resolvido esse problema. Não é muito difícil. É preciso construir barragens para armazenar as águas das chuvas. E não

falta lugar para isso. No rio São Francisco já se usa água para plantar feijão e frutas para exportação. Os empresários estão ficando ricos. Tem gente que ganha muito dinheiro com a seca. Enquanto isso, o povo continua pobre. Muita gente sobrevive com a política paternalista. O PFL está no poder há muitos anos e não/ que as coisas mudem. Em Carnaíba, município vizinho a Quixaba, o prefeito mantém o povo pobre, mais miserável a cada dia, para estar dependendo dele (...). É um absurdo.” (VEJA, Rio de Janeiro, 26 de mar, 1996: 10)

Ⓟ

Como dizer então que apesar do distanciamento este indivíduo não construiu conhecimento?

Apesar de toda a ideologia massificadora, alienante, ainda somos capazes de dar respostas e sermos sujeitos de nossa história, transformando-a.

“Alfabetização é inerentemente um processo político no qual homens e mulheres afirmam seu direito e sua responsabilidade não apenas de ler, compreender e transformar suas experiências individuais mas também de reconstituir sua relação com a sociedade mais ampla. É fundamental para erguer agressivamente a voz de cada um.” (FREIRE, 1990:72)

CAPÍTULO IV

E O MELHOR MÉTODO, QUAL É?

Até aqui procuramos refletir um pouco sobre a produção de conhecimento fora do sistema escolar ou apesar dele.

Há de se considerar que existe uma desconexão entre o saber do aluno e o saber imposto pela escola. E o que se fazer perante esta situação?

Nega-se a realidade do aluno e continua-se com conteúdos distanciados de sua realidade ou acaba-se com a escola, como instituição, uma vez que pode-se aprender estando fora dela?

Esse último capítulo busca justamente responder a estas interrogativas, propondo um caminho a ser seguido: a reconstrução de uma escola realmente democrática que trabalhe e valorize os conhecimentos trazidos pelos educandos, sendo assim uma escola viva, com conteúdos a serviço da comunidade.

Emília Ferreiro, pesquisadora e educadora argentina, tem muito a contribuir com suas pesquisas para este último capítulo

porque propõe um trabalho voltado para aqueles, que de uma maneira ou outra, foram banidos do sistema educacional, não permitindo assim conciliarem seus conhecimentos aos conhecimentos instituídos pela escola.

As descobertas de Ferreiro acerca da psicogênese da língua escrita são importantes porque redimensionam o conceito de alfabetização: em lugar de considerarem os indivíduos que ingressam no sistema educacional como ignorantes, porque ainda não foram “ensinados”, perguntam o que estes indivíduos sabem em função do seu próprio trabalho cognitivo; em lugar de considerarem as habilidades perceptivos motoras, colocam o sujeito cognoscente em primeiro plano; em lugar de considerarem os progressos na aprendizagem em função da palavras que podem ler e reproduzir, consideram os progressos em função dos esquemas conceituais que são testemunha de uma atividade construtiva que respondem a uma linha evolutiva de caráter geral.

Por outro lado, estas mesmas descobertas psicológicas permitiram ter uma nova visão do processo de ensino: em lugar de considerarem o professor como o único depositário do saber relativo à língua escrita, são aceitas e solicitadas as contribuições de todos os participantes do grupo (também da comunidade); em lugar de seguir uma progressão de exercícios pré-determinada por um manual, são realizadas preferencialmente atividades onde a língua escrita cumpre apenas algumas de

suas funções sociais específicas (escrever para recordar, para conservar, para comunicar-se à distância; ler para informar-se, para obter um resultado em função de uma série de instruções, para descobrir mundos fantásticos, etc.).

Além disso, suas descobertas permitem uma nova reflexão sobre o objeto específico da atividade de alfabetização: a língua escrita em toda sua complexidade e riqueza, com toda sua gama de usos sociais.

“Há muito a ser discutido até que se possa de uma fato construir uma alternativa pedagógica coerente com o conhecimento psicológico da criança, com o compromisso ideológico assumido, e que leve em conta as tradições educacionais de cada país ou região. Essa construção deve ser coletiva, como qualquer construção de um conhecimento social” (FERREIRO, 1990:s/p)

Em suas pesquisas, Ferreiro não desenvolve propriamente um método pedagógico de ação, mas muito nos ajuda à medida em que nos faz repensar uma outra visão de sujeito e de conhecimento.

Seus trabalhos, em nível de pesquisa, são realizados com crianças, mas os pressupostos e idéias contidas neles são amplamente aproveitáveis quando aplicados também à alfabetização de adultos.

Na verdade, optar por esta visão de conhecimento e de sujeito não é um caminho fácil, uma vez que temos um sistema tradicional

de ensino tão enraizado em nossa sociedade. Há resistência por parte dos pais, alunos e professores frente ao novo.

Em “Os Filhos do Analfabetismo”, é relatada a experiência de professores tradicionais e a dificuldade em aceitar uma proposta construtivista de trabalho.

“Existem professores que passam 40 anos trabalhando de determinada maneira, que acham que é importante serem rígidos e inflexíveis, que é preciso corrigir sem parar para que a criança saiba o que está bem e o que está mal. É muito difícil que estes professores possam mudar rapidamente, adotando uma concepção de aprendizagem muito diferente da que encontramos difundida, não apenas entre os docentes, mas também na sociedade em geral.” (KAUFMAN in FERREIRO, 1990:7).

Não é por acaso que os professores resistem a essas mudanças e Freire nos elucida a esse respeito.

“Mas os professores se interessam mais pela prática do que pela teoria. Apesar de toda prática ter um fundamento teórico e vice-versa, a maioria das pesquisas em educação não é de muita ajuda nas horas agitadas da sala de aula concreta. Os professores enfrentam aulas demais, e controle administrativo demais de tal modo que

a necessidade que alguma coisa que funcione em classe é muito maior do que uma aparente necessidade de teoria. Entretanto, as preocupantes falhas do sistema escolar exigem novas idéias”
(FREIRE, 1987: 12)

Por isso, há que se buscar um programa vinculado à capacitação de docentes, levando-os a uma superação permanente. Esse programa deverá abranger não somente as Escolas Normais, mas a todos os professores engajados com essa problemática.

O mais interessante e também o mais conflitante no que tange à mudança da postura do professor é que mudar a visão do sujeito aprendiz e de construção do conhecimento implica, necessariamente, numa mudança de visão pessoal de mundo, e esse é um convite a ser feito a todos.

Essa mudança não é uma tarefa somente pedagógica, perpassa pelo âmbito político e ideológico.

“Por outro lado, acho que é necessário tratar com respeito o problema da resistência do docente, partindo do pressuposto de que o docente não resiste por resistir. Ele tem uma grande experiência de introdução de modas pedagógicas acompanhando mudanças políticas. A resistência de muitos docentes, implica o respeito por seus alunos, porque sem capacitação prévia, sem âmbitos

sérios de discussão, não é sério introduzir mudanças tão radicais. As mudanças das quais estamos falando agora implicam um nível de ruptura, de crise e desestruturação que pode chegar a ser uma experiência muito dolorosa: é muito difícil chegar-se a se dar conta de que durante muitos anos sua prática pedagógica foi inadequada; que durante muitos anos discriminaram muitas crianças, ainda que não tivessem a intensão de fazê-lo. Se não se dá ao docente o tempo necessário para que ele elabore tudo isso, e âmbito que ele precisa refletir, é difícil que realmente mude”. (CUTER in FERREIRO, 1992: 14-15)

Já está comprovado que essa mudança de postura por parte dos alunos frente ao processo ensino-aprendizagem, não é tão difícil. Apesar de alguns, a princípio, rejeitarem tal proposta (por estarem habituados ao sistema tradicional de ensino) a aquisição dessa nova postura não é árdua.

“A participação do sujeito da aprendizagem no processo de construção do conhecimento não é apenas algo mais democrático, mas demonstrou ser também mais eficaz. Ao contrário da concepção tradicional da escola, que se apóia em métodos centrados na autoridade do professor”. (FREIRE, 1987: 29)

Acredito que o trabalho a ser realizado com estes (professor e aluno) e por estes, muito mais do que adquirir pré condições para a aquisição da leitura/escrita, busquem adquirir o **sentido da existência** e assim sendo, que o saber ler/escrever seja consequência desse processo.

A alfabetização tem sido algo imposto como prioritário para a emancipação do sujeito na sociedade e ao mesmo tempo ela tem sido alienante, algo que não contribui para a formação real dos sujeitos dentro do sistema escolar.

E aqui cabe uma outra questão: **para que serve a escola?** Todas as campanhas propostas pelo governo brasileiro assumem como prioridade **“Saúde e Educação”**. Em nível de educação sua preocupação é **ERRADICAR** o analfabetismo no país, promovendo programas que no fundo sabemos sua intensão política: ganhar votos daqueles que foram “agraciados” pela sua “benevolência” e puderam adquirir uma educação sistemática e mostrar eficiência do governo, ostentando aos meios de comunicação os falsos índices de analfabetismo no país.

Garantir alfabetização para todos (pura e simplesmente) não garante melhoria de qualidade de vida, visto que temos uma sociedade injusta, desigual economicamente, onde uma pequena parcela desta sociedade vive em condições subumanas (dentre eles muitos alfabetizados).

Então, não fica claro qual é o entrave para o desenvolvimento do país: se é a alta taxa de analfabetismo ou a má distribuição de renda, camuflada por trás de vários discursos.

O analfabetismo não é uma doença que precisa ser **erradicada**. Além do mais, o analfabetismo não contamina e nem é perigoso. Perigosos sim, são aqueles aos quais chamamos “letrados”, que detém o poder e fazem dele um jogo para manipular as pessoas. (Esses talvez contaminem!)

Para que a escola resgate seu papel, é preciso que ela vá ao encontro do povo. O que necessitamos é de uma educação que produza **CULTURA**, que priorize, não o saber gerado para e por uma restrita camada da sociedade, mas sim os saberes diversos.

Fazer com que uma Escola funcione, com que a aprendizagem proposta por ela se dê, não implica, necessariamente, em termos os mais capacitados professores, os melhores materiais didáticos, o melhor método, etc.. Implica sim, em resgatarmos o sentimento de mais valia das pessoas, o respeito pelos conhecimentos trazidos por elas e em termos como objetivo tornar o homem mais humano, propostas essas tão bem fundamentadas por Freire e Ferreiro. //

Talvez isso ainda seja um longo caminho a ser percorrido, mas cabe a nós, hoje, darmos o primeiro passo.

“Os filhos do analfabetismo são alfabetizáveis, não constituem uma população com uma patologia específica que deva ser atendida por sistemas especializados de educação; eles têm direito a serem respeitados enquanto sujeitos capazes de aprender”

(FERREIRO, 1990: 7)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE). Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.
- 2) CECCON, Claudia & OLIVEIRA, Miguel Darcy de & OLIVEIRA, Roseka Darcy de. A vida na escola e a escola da vida. Petrópolis - RJ, Vozes, 1982.
- 3) FERREIRO, Emília. Os filhos do analfabetismo: proposta para a alfabetização escolar na América Latina. Porto Alegre, Editora Artes Médicas, 1992.
- 4) FREIRE, Paulo & SHOR, Ira. Medo e Ousadia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- 5) FREIRE, Paulo & MACEDO, Donald. Alfabetização, leitura do mundo, leitura da palavra. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- 6) GROSSI, Esther Pillar & BORDIN, Jussara. Paixão de aprender. Petrópolis - RJ, Vozes, 1992.
- 7) PASSEYRO, Ricardo. Elogio do analfabetismo. Portugal, Publicações Europa América, 1989.
- 8) REVISTA VEJA. 13/03/96.
- 9) SOARES, Magda. Uma perspectiva Social. São Paulo, Ática, 1987.

- 10) ZILBERMAN, Regina & MOYSÉS, Sarita Maria A.. Caderno CEDES nº 14:
Recuperando a alegria de ler e escrever. São Paulo, Editora Cortez, 1988.

É triste ser analfabeto

O prefeito, que nunca foi à escola e não sabe ler nem escrever, conta como transformou uma cidade pobre de Pernambuco num exemplo na área de educação

EDUARDO JUNQUEIRA

O agricultor pernambucano Antônio Ramos da Silva, 49 anos, prefeito da pequena Quixaba, de 7 500 habitantes, a 430 quilômetros do Recife, tinha tudo para ser apenas mais um número nas estatísticas da miséria no Brasil. Nasceu numa família pobre, com onze irmãos, cresceu trabalhando na roça e nunca frequentou a escola. Até hoje não sabe ler nem escrever. Apesar disso, na semana passada ele esteve em Belo Horizonte para receber uma homenagem especial do Ministério da Educação. Silva é apontado como modelo entre os 5 000 prefeitos brasileiros numa área em que o país marca passo há décadas: a educação. Administrando um dos municípios mais pobres de Pernambuco, ele transformou o ensino na prioridade do seu governo, construiu e reformou escolas, contratou professores com curso superior no Recife, aumentou o salário de todos eles e hoje gasta 40% de todo o orçamento da prefeitura em educação, índice muito acima do mínimo previsto em lei, de 25%. "Nada é tão importante quanto a educação", diz o prefeito analfabeto. "Só uma pessoa como eu, que não tive a chance de estudar, sabe o que é isso."

Ao viajar para Belo Horizonte, com passagens pagas pelo Ministério da Educação, o prefeito teve de levar junto um assessor para ajudá-lo a decifrar nomes de ruas e placas de informação nos aeroportos. "Ser analfabeto é como viver num outro mundo, em que todos falam uma língua que você não entende", diz o prefeito. Na solenidade, em que o governo lançou um programa destinado a erradicar o analfabetismo em dez anos, Silva usou terno e gravata pela segunda vez na vida (a primeira foi na posse) e sentou-se ao lado de 21 governadores e alguns



EUGENIO SAVIO

"Educação é coisa simples, que não precisa de muito dinheiro nem de grandes planos para dar certo"

ministros. Eleito pelo PDT, casado e pai de quatro filhos — duas estucantes de letras numa faculdade do interior pernambucano —, Silva já tem planos bem definidos para quando terminar o mandato de prefeito, no final do ano. Vai matricular-se numa escola para, finalmente, aprender a ler e escrever. Sua entrevista a VEJA:

VEJA — A Constituição proíbe analfabetos de se candidatar a cargos públicos. Como o senhor se tornou prefeito de Quixaba?

SILVA — Antes de ser prefeito, eu já era vereador. Isso só foi possível porque,

antes de entrar na política, contratei um professor para ir em casa à noite me ensinar a desenhar o nome. Aí fui tirar título de eleitor e não precisei carimbar com o meu polegar. Desenhar o nome é o que sei hoje, além de contar números, mas, perante a lei, já é o suficiente para que não seja considerado analfabeto. Continuo tão analfabeto quanto antes, mas legalmente sou um brasileiro alfabetizado. Por isso, nunca tive problemas para registrar minha candidatura e tomar posse.

VEJA — E ninguém tentou embarcar sua candidatura?

SILVA — Durante a campanha, os adversários tentaram me desmoralizar. Diziam que um candidato que não sabe ler nem escrever também não poderia ser um bom prefeito. Bobagem. Sou analfabeto, mas sei muito bem a diferença entre o certo e o errado. É coisa que se aprende com a vida, mais do que na escola. Nunca roubei, nunca baixei a cabeça para quem tem diploma e tenho noção do que é preciso fazer para melhorar a vida dos meus eleitores. Decidi começar pela educação.

VEJA — Como era o ensino em Quixaba antes de o senhor assumir a prefeitura?

SILVA — As coisas andavam tão ruins na cidade que fui obrigado a tomar posse na igreja. O juiz ficou com medo de que o prédio da prefeitura desabasse sobre nós durante a cerimônia. Mas nada se comparava à área de educação. Quixaba tinha oito escolas fantasmas. Cada povoado tinha uma professora. Algumas eram mais analfabetas que eu. Não sabiam nem mesmo desenhar o próprio nome. Apesar disso, estavam na folha de pagamento do município como professoras, dividindo uma miséria. Um único salário mínimo

era repartido entre dez professoras. Daria hoje o equivalente a 10 reais por mês para cada uma. Os alunos não tinham carteiras para se sentar.

VEJA — *E o que o senhor fez?*

SILVA — Educação é coisa simples, que não precisa de muito dinheiro nem de grandes planos para dar certo. Aqui, a primeira coisa que fiz foi comprar dois caminhões de carteiras. Comprei fiado, mas comprei. Depois fiz um concurso e botei professor formado em faculdade para ensinar. Para isso, tive de cortar despesas em outras áreas e aumentar os salários na educação. Hoje, uma professora que trabalha oito horas por dia ganha 210 reais por mês. Mais do que isso, só o prefeito e os secretários. Nos municípios vizinhos, uma professora continua ganhando 10 reais mensais.

VEJA — *Foi fácil trocar as professorinhas locais pelos novos, formados em faculdade?*

SILVA — Deu um trabalho danado. Fui logo criticado porque deixei de empregar o pessoal da terra. Tinha gente que queria atirar pedra nos professores de fora. Eu insisti, dizendo que era preciso mudar a educação no município. Argumentava que, no começo, o povo poderia até achar ruim, mas lá na frente veria que eu estava certo. A revolta durou um ano, depois a população se conformou quando viu que a escola estava melhorando.

VEJA — *Como o senhor conseguiu dinheiro para contratar novos professores, aumentar os salários e construir escolas?*

SILVA — Saí batendo de porta em porta. Construí quatro escolas e ampliei cinco com dinheiro de convênios com o governo estadual. Hoje, temos 25 escolas no município, mas muitas ainda funcionam de forma precária. A água, por exemplo, só chega de carro de boi. Ainda falta fazer muita coisa. Por isso, neste ano vou aplicar 40% do orçamento da prefeitura em educação. Tento aproveitar todas as oportunidades. Quando o ministro Paulo Renato lançou esse programa da educação por satélite, lá em Quixaba montamos quatro escolas com televisão, videocassete e antena parabólica.

VEJA — *O que mais será feito?*

SILVA — O próximo objetivo é melhorar o cardápio da merenda escolar. Já temos oito escolas recebendo energia elétrica e nelas vou instalar geladeira e freezer. Um boi de 150 quilos custa 250 reais e dá para matar a fome de muita gente. Com os freezers e as geladeiras, será possível

armazenar a carne por um preço mais baixo do que comprar sardinha em lata. Mas isso só vai acontecer depois de ensinarmos as cozinheiras a fazer carne, porque elas trabalham na agricultura e só sabem cozinhar feijão. Também já temos mais de 200 interessados no curso noturno para adultos, que vai começar a funcionar até o final do ano.

VEJA — *Por que a situação do ensino é tão ruim no Brasil?*

SILVA — Porque, na maioria das vezes, educação funciona como cabide de emprego. Tem muito prefeito que assume o poder só para empregar a família. Com esse objetivo, ninguém liga para os pobres e os analfabetos. A maioria dos políticos teve chance de ir à escola desde cedo, tal-

"Para as pessoas que frequentaram a escola, é impossível imaginar como vive um analfabeto. É como viver em outro mundo, em que todos falam uma língua que você não entende. Tenho muita inveja de quem sabe ler. Ao viajar, tenho de levar junto um secretário. Sem isso, não consigo fazer nada, nem mesmo ler as placas de rua"

vez por isso não dê tanta importância ao ensino. Quem sabe a educação teria mais importância no Brasil se houvesse mais analfabetos como eu no poder.

VEJA — *Como é a vida de um prefeito analfabeto?*

SILVA — Para as pessoas que frequentaram a escola, é impossível imaginar como vive um analfabeto. É como viver em outro mundo, em que todos falam uma língua que você não entende. Eu confesso que tenho muita inveja de quem sabe ler e escrever. Ao viajar, tenho de levar junto um secretário ou um professor. Sem essa ajuda, não consigo fazer nada, nem mesmo ler as placas de rua. É péssimo para mim. Tenho vontade de ler o que está escrito nos livros para saber as coisas.

VEJA — *Por que motivo o senhor nunca estudou?*

SILVA — Meu pai achava que filho tinha de trabalhar, e só isso. Dizia que estudar era para quem não tinha o que fazer. Eu sentia vontade de aprender, mas não podia fazer nada. Precisava obedecer. Na minha época, não tinha essa história de filho contrariar as ordens do pai. Se não obedecesse, entrava no chicote. Hoje é diferente.

VEJA — *Mesmo depois de adulto o senhor não teve vontade de estudar?*

SILVA — Sou um homem simples, da roça, e sempre trabalhei muito, de sol a sol. Nunca me sobrou tempo para ir à escola. Tudo o que aprendi foi na roça. Hoje, vivo feliz e não pretendo ter carrões nem grandes propriedades. O meu grande sonho é saber ler e escrever. A educação é a coisa mais importante do mundo. Dinheiro é bom, mas passa de uma mão para outra. Tem gente que era rica e hoje está pobre. Outros não tinham nada e ficaram milionários. Com a educação é diferente. A pessoa leva tudo o que aprendeu para o túmulo, ninguém pode roubar-lhe esse tesouro. Vou estudar quando terminar meu mandato de prefeito. Até lá, quero usar meu cargo para dar às outras pessoas a oportunidade que não tive.

VEJA — *Como foi sua infância?*

SILVA — Tenho onze irmãos, nasci pobre, mas nunca passei fome. Meus pais tinham engenho de rapadura e plantavam muito milho e feijão. Não sabiam ler, mas guardavam os silos cheios de grãos para enfrentar a seca. Éramos uma exceção entre os vizinhos. A maioria das crianças da região morria de fome antes de completar 1 ano. Na minha família, tínhamos comida, mas a vida não era fácil. A primeira vez que calcei os pés foi com um chinelo feito de pneu, aos 18 anos. Antes só usava um calção e mais nada. Desde os 6 anos, meu pai me obrigava a acordar às 5 da manhã para tocar os animais até o pasto. Eu me levantava às 4 para não ser mandado. Nunca gostei de ser empregado de ninguém. Eu já sabia a minha obrigação. Tomava café adoçado com rapadura com pão de milho, às vezes acompanhado de um ovo de galinha. Ia para a roça levando cuscuz de milho e café para o almoço. No jantar, havia feijão com toucinho de porco e arroz. Trabalhávamos o tempo todo, mesmo nos dias santos, domingos e feriados.

VEJA — *O senhor nunca pensou, em sair de casa para tentar uma vida diferente?*

SILVA — Não. Tenho orgulho de agricultor. Na roça, o trabalho é muito digno, é um dever. O doutor da cidade

pode ter dez anéis no dedo, mas ele depende da roça, porque todo mundo precisa comer. O governo federal deveria valorizar o agricultor. Até hoje, adoro passar um dia na roça, almoçar com os trabalhadores, ficar lá conversando e brincando com eles. Tentei ser comerciante, mas não deu certo. Aprendi a negociar sem saber ler, comecei com uma bodeguinha e cheguei a ter uma padaria.

VEJA — *Por que não deu certo?*

SILVA — Na época da seca, muita gente pedia fiado e não pagava. Aí fui ficando endividado e quebrei. Voltei para a roça sem um tostão no bolso, mas estava feliz porque lá era o meu lugar. Minha mulher se empregou no Estado e eu vendi uma casinha de meus pais para comprar umas terrinhas. Hoje já tenho 500 hectares.

VEJA — *Como entrou para a política?*

SILVA — Eu sempre ajudava candidatos a prefeito da cidade dando transporte e umas outras coisas. Em 1982, na falta de outro interessado, saí candidato a vereador para representar Quixaba na Câmara de Carnaíba, de onde éramos distrito na época. Fui eleito com 450 votos. Fazia oposição ao prefeito e dois anos depois me elegi presidente da Câmara. Na segunda vez, fui o vereador mais votado. Criei o município de Quixaba e ganhei a eleição para a prefeitura por 75 votos de diferença contra um candidato do PFL. Venci porque trabalho muito, sou organizado e estou do lado dos pobres. Quando o mal chega perto de mim, penso duas vezes para não fazer. Não aprecio aquele tipo de político que manda tomar o revólver do sujeito só para poder dar outro e dizer que está fazendo um favor. Eu sou honesto.

VEJA — *Nunca ninguém tentou passar-lhe a perna por não saber ler e escrever?*

SILVA — Sempre tomei minhas precauções para não ser passado para trás. Quando era comerciante, inventei um modo de registrar o nome do freguês, mesmo sem saber escrever. Identificava cada um deles por uma letra. Cada letra desenhada num caderno correspondia a um nome diferente. Como aprendi a fazer conta, não tinha problema em anotar quanto me deviam. Na prefeitura, quero saber de tudo o que está acontecendo. Quando mando construir uma escola, fiscalizo tudo. Só se assenta o primeiro tijolo e a primeira viga quando eu vejo. O engenheiro sou eu. É para não sair nada errado e não jogar dinheiro fora. Assim, ninguém me passa a perna. Também não gosto de deixar problema guardado na gaveta. A prefeitura pode estar devendo, mas se tiver alguém doen-

te dou dinheiro do meu bolso para levar para um hospital. Não gosto de ver gente morrendo sem ajuda. Se a seca está brava demais, distribuo merenda escolar aos alunos e também a suas famílias. Eu mando fazer; se o governo reclamar, eu digo que estou certo. Só não se pode deixar de dar comida a quem não tem nada para comer. Também distribuo cadeiras de rodas. Antes mando tirar um retrato do paralítico, peço um atestado médico, um documento de identidade e o endereço. Isso evita que alguém pegue a cadeira para vender depois.

VEJA — *Isso que o senhor faz não é clientelismo?*

SILVA — Pois saiba que um terço dos meus eleitores está doído para que eu ter-

“Um terço dos meus eleitores está doído para que eu termine logo o mandato e vá embora para casa. É difícil administrar um município onde as pessoas dependem do poder público para resolver necessidades tão básicas quanto comer e andar em cadeira de rodas. Um prefeito sozinho não pode resolver tudo”

mine logo o mandato e vá embora para casa. É muito difícil administrar um município em que as pessoas dependem do poder público para resolver necessidades tão básicas quanto comer e andar em cadeira de rodas. Os eleitores sempre acham que o prefeito pode resolver tudo, mesmo num município pobre como o nosso. Eu fiz muito, mas ainda faltam coisas. Quando me cobram o que não pude fazer, digo que quem resolve tudo é Deus. Um prefeito só não pode dar emprego a todo mundo nem agradar a todos.

VEJA — *É possível resolver o problema da seca?*

SILVA — No Nordeste, nada assusta tanto quanto a seca. Quando ela chega, eu fico com medo porque a fome sempre

vem junto. Se os governantes quisessem, já tinham resolvido esse problema. Não é muito difícil. É preciso construir barragens para armazenar as águas das chuvas. E não falta lugar para isso. No Rio São Francisco já se usa a água para plantar feijão e frutas para exportação. Os empresários estão ficando ricos. Tem gente que ganha muito dinheiro com a seca. Enquanto isso, o povo continua pobre. Muita gente sobrevive com a política paternalista. O PFL está no poder há muitos anos e não quer que as coisas mudem. Em Carnaíba, município vizinho a Quixaba, o prefeito mantém o povo pobre, mais miserável a cada dia, para estar dependendo dele. Seu grupo político está no poder há catorze anos, e não foi feito nada para o povo. Lá, os filhos dos opositores do prefeito são proibidos até de usar o transporte escolar mantido pela prefeitura com dinheiro público. É um absurdo.

VEJA — *O que mais se pode fazer contra a seca, além de construir barragens?*

SILVA — O governo deveria criar uma política agrícola para incentivar o nordestino a permanecer na roça, em vez de ir passar fome nas favelas das grandes cidades. Se o agricultor tem água, escola e estrada, ele permanece na roça. O problema é que os preços dos produtos agrícolas estão muito baixos. Existem agricultores que têm estocados 500 sacos de feijão e não acham comprador porque o preço não compensa. Um dia de serviço custa hoje 5 reais, e um saco de milho custa 10. No Nordeste ninguém tem trator, todo o serviço é manual. Quando se vai vender o produto, o preço não cobre nem o custo de produção. Por isso, tem de ter empréstimos para o agricultor, a juros mais baixos. Do jeito que vai, a agricultura acaba.

VEJA — *O que o senhor está achando do Plano Real?*

SILVA — No começo não acreditei muito no Real. Agora percebo que as coisas estão se ajeitando, mas ainda quero ver para acreditar. O grande problema na minha região é que muita gente está quebrada. O banco estadual de Pernambuco está demitindo 1 700 funcionários. Isso dói no coração. Eu sei trabalhar na roça, contar o boi e matar um porco. Esses que trabalham em banco só sabem mexer com dinheiro. Se forem para a roça, morrem de fome. Um funcionário de um banco que perdeu o emprego e contava dinheiro ligeiro ficou meio louco porque não sabia mais nada. O desemprego é uma coisa que adoce a gente. É por isso que eu esto com medo do Real. Pode ser que o governo contorne esses problemas lá na frente. Vamos ver.

Nascer no Cairo, ser fêmea de cupim

Conhece o vocábulo escardichar? Qual o feminino de cupim? Qual o antônimo de póstumo? Como se chama o natural do Cairo?

O leitor que responder "não sei" a todas estas perguntas não passará provavelmente em nenhuma prova de Português de nenhum concurso oficial. Mas, se isso pode servir de algum consolo à sua ignorância, receberá um abraço de felicitações deste modesto cronista, seu semelhante e seu irmão.

Porque a verdade é que eu também não sei. Você dirá, meu caro professor de Português, que eu não deveria confessar isso; que é uma vergonha para mim, que vivo de escrever, não conhecer o meu instrumento de trabalho, que é a língua.

Concordo. Confesso que escrevo de palpite, como outras pessoas tocam piano de ouvido. De vez em quando um leitor culto se irrita comigo e me manda um recorte de crônica anotado, apontando erros de Português. Um deles chegou a me passar um telegrama, felicitando-me porque não encontrara, na minha crônica daquele dia, um só erro de Português; acrescentava que eu produzira uma "página de bom vernáculo, exemplar". Tive vontade de responder: "Mera coincidência" — mas não o fiz para não entristecer o homem.

Espero que uma velhice tranqüila — no hospital ou na cadeia, com seus longos ócios — me permita um dia estudar com toda calma a nossa língua, e me penitenciar dos abusos que tenho praticado contra a sua pulcritude. (Sabem qual o superlativo de pulcro? Isto eu sei por acaso: pulquérismo! Mas não é desanimador saber uma coisa dessas? Que me aconteceria se eu dissesse a uma bela dama: a senhora é pulquérissima? Eu poderia me queixar se o seu marido me descesse a mão?)

Alguém já me escreveu também — que eu sou um escoteiro ao contrário. "Cada dia você parece que tem de praticar a sua má ação — contra a língua." Mas acho que isso é exagero.

Como também é exagero saber o que quer dizer escardichar. Já estou mais perto dos cinqüenta que dos quarenta; vivo de meu trabalho quase sempre honrado, gozo de boa saúde e estou até gordo demais, pensando em meter um regime no organismo — e nunca soube o que fosse escardichar. Espero que nunca, na minha vida, tenha escardichado ninguém: se o fiz, mereço desculpas, pois nunca tive essa intenção.

Vários problemas e algumas mulheres já me tiraram o sono, mas não o feminino de cupim. Morrerei sem saber isso. E o pior é que não quero saber; nego-me terminantemente a saber, e, se o senhor é um desses cavalheiros que sabem qual é o feminino de cupim, tenha a bondade de não me cumprimentar.

Por que exigir essas coisas dos candidatos aos nossos cargos públicos? Por que fazer do estudo da língua portuguesa uma série de alcapões e adivinhas, como essas histórias que uma pessoa conta para "pegar" as outras? O habitante do Cairo pode ser cairense, cairel, caireta, cairota ou cairiri — e a única utilidade de saber qual a palavra certa será para decifrar um problema de palavras cruzadas. Vocês não acham que nossos funcionários públicos já gastam uma parte excessiva do expediente matando palavras cruzadas?

No fundo o que esse tipo de gramático deseja é tornar a língua portuguesa odiosa; não alguma coisa através da qual as pessoas se entendam, mas um instrumento de suplício e de opressão que ele, gramático, aplica sobre nós, os ignaros.

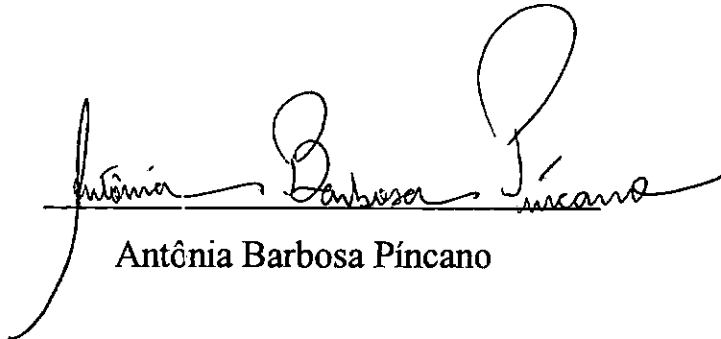
Mas a mim é que não me escardicham assim, sem mais nem menos: não sou fêmea de cupim nem antônimo do póstumo nenhum; e sou cachocirense, de Cachoeiro, honradamente — de Cachoeiro de Itapemirim!

RUBEM BRAGA

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a aluna Andréia Cristina da Silva Soares, matrícula nº 922351005, cursando a disciplina Monografia II esteve sob minha orientação desenvolvendo a monografia intitulada: "O Distanciamento da Realidade é um Impeditivo para a Construção do Conhecimento?", no qual obteve grau 9,5.

Rio de Janeiro, 16 de Julho de 1996.

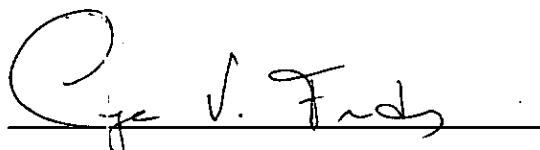

Antônia Barbosa Pincano

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que efetuei a leitura final da monografia intitulada: "O Distanciamento da Realidade é um Impeditivo para a Construção do Conhecimento?", realizada pela aluna Andréia Cristina da Silva Soares, matrícula nº 922351005, que cursando a disciplina Monografia II, obteve grau 10.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1996.

9/10
↓


Cenyra Vieira Fernandes